Instituto Federal de Brasília
Campus Estrutural
Licenciatura em Matemática

FABIANA VERAS DAMASCENO

A RELEVÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA EM UMA ESCOLA DE PRESÍDIO FEMININO NO DISTRITO FEDERAL: CONTRIBUTOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL

Brasília
2026

FABIANA VERAS DAMASCENO

A RELEVÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA EM UMA ESCOLA DE PRESÍDIO FEMININO NO DISTRITO FEDERAL: CONTRIBUTOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL

Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, *campus* Estrutural, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientador: Dra. Crisonéia Nonata Gomes dos Santos

Brasília
2026

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

FABIANA VERAS DAMASCENO

A RELEVÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA EM UMA ESCOLA DE PRESÍDIO FEMININO NO DISTRITO FEDERAL: CONTRIBUTOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Matemática apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília Campus Estrutural como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Aprovado em 23 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Assinaturas digitais

_____

Dra. Crisonéia Nonata Gomes dos Santos– orientadora

_____

Dra. Ana Maria Libório de Oliveira - membra

_____

Dra. Norivan Lustosa Lisboa Dutra - membra

Brasília

2026

Documento assinado eletronicamente por:

- **Crisoneia Nonata Gomes dos Santos**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 26/06/2026 09:02:42.
- **Ana Maria Liborio de Oliveira**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 26/06/2026 10:14:59.
- **Norivan Lustosa Lisboa Dutra**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 28/06/2026 16:55:40.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/06/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifb.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 706798
Código de Autenticação: 07fabb941b

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
IFB	Instituto Federal de Brasília
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CED 01	Centro Educacional 01 de Brasília
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DF	Distrito Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
PFDF	Penitenciária Feminina do Distrito Federal
SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
VEP	Vara de Execuções Penais
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5
2 REFERENCIAL TEÓRICO 6
2.1 O ensino da matemática e sua função social 6
2.2 Encarceramento feminino no Brasil 7
2.3 Educação prisional e a escola do presídio feminino do DF 8
3 METODOLOGIA 8
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 9
4.1 Dificuldades na aprendizagem da Matemática 10
4.2 Percepções sobre a utilidade da Matemática 10
4.3 Contributos da Matemática para a reinserção social 11
4.4 Perspectivas educacionais e profissionais após o cumprimento da pena 12
4.5 Análise comparativa entre estudantes, docentes e gestores 12
4.6 Percepções dos docentes e gestores 13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 14

REFERÊNCIAS 16
APÊNDICE A – Declaração de Realização de Coleta de Dados 17
APÊNDICE B – Questionários Aplicados 19
APÊNDICE C – E-mail de Solicitação de Autorização para Pesquisa 22

A RELEVÂNCIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA EM UMA ESCOLA DE PRESÍDIO FEMININO NO DISTRITO FEDERAL: CONTRIBUTOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL

Fabiana Veras Damasceno[1]
Crisonéia Nonata Gomes dos Santos[2]

RESUMO

A educação em contextos de privação de liberdade, especialmente para mulheres, enfrenta desafios estruturais que impactam as práticas pedagógicas. Este estudo investiga as percepções de estudantes e educadores sobre os contributos do ensino da Matemática para a reinserção social de mulheres privadas de liberdade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Presídio Feminino do Distrito Federal (DF). Trata-se de um estudo de abordagem mista, de natureza exploratória e descritiva. A coleta de dados envolveu questionários estruturados aplicados a 92 internas, realizados por servidores da unidade, e questionários com dois professores e dois gestores, realizados pela pesquisadora. Os resultados indicam que, apesar da Geometria ser apontada como a principal barreira cognitiva (29,8% das respostas), há um reconhecimento massivo da utilidade prática da Matemática (69,7% a veem como útil em "todas"as situações). Constatou-se a forte convicção entre as detentas (88,3%) de que o letramento matemático facilita o retorno à convivência social, alinhando-se ao desejo unânime (0% de respostas negativas) de estudar ou trabalhar no pós-cárcere. Conclui-se que o ensino da Matemática transcende a obrigatoriedade curricular, sugerindo potencial para a reconstrução da autoestima e a redução dos índices de reincidência criminal, favorecendo oportunidades de (re)inserção social

Palavras-chave: Ensino da Matemática; Sistema Prisional; Reinserção Social; EJA; Mulheres Privadas de Liberdade.

ABSTRACT

Education in contexts of deprivation of liberty, particularly for women, faces structural challenges that affect pedagogical practices. This study investigates the perceptions of students and educators regarding the contributions of Mathematics education to the social reintegration of incarcerated women enrolled in the Youth and Adult Education (EJA) program at the Federal District Women's Prison, Brazil. This is a mixed-methods study of an exploratory and descriptive nature. Data collection involved structured questionnaires administered to 92 incarcerated women by prison staff, as well as questionnaires conducted by the researcher with two teachers and two school administrators. The findings indicate that, although Geometry was identified as the main cognitive barrier (29.8% of responses), there is widespread recognition of the practical usefulness of Mathematics, with 69.7% of participants considering it useful in "all"situations. The study also revealed a strong belief among the incarcerated women (88.3%) that mathematical literacy facilitates their return to society, consistent with the unanimous aspiration (0%

[1] Licencianda em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), Brasília/DF - Brasil. E-mail: <fabiana.damasceno@estudante.ifb.edu.br>.

[2] Doutora em Ciência da Educação pela Universidade do Minho (UMINHO). Professora e pesquisadora do Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasília/DF - Brasil. E-mail: <crisoneia.gomes@ifb.edu.br>.

negative responses) to pursue education or employment after release. It is concluded that Mathematics education extends beyond curricular requirements, demonstrating the potential to foster self-esteem, reduce recidivism, and promote opportunities for social reintegration.

Keywords: Mathematics Teaching; Prison System; Social Reintegration; Youth and Adult Education; Women Deprived of Liberty.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga, sob perspectiva socioeducacional, a realidade do sistema prisional brasileiro, especificamente o universo feminino. O encarceramento de mulheres apresenta diversas dificuldades, especialmente no acesso ao ensino, resultando frequentemente em um baixo índice de escolaridade entre as detentas. Historicamente, as prisões sempre configuraram locais de intensa resistência à inserção educacional e representam espaços de exclusão e controle, cuja arquitetura e disciplina punitiva muitas vezes dificultam a implementação de práticas pedagógicas emancipadoras (Foucault, 2007). Esse cenário de vulnerabilidade educacional pode estar associado a maiores desafios na ressocialização, representando um fator de risco para a reincidência criminal, conforme apontam os dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (MJSP, 2024).

No que se refere à educação de pessoas em situação prisional, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu artigo 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. Nos termos da Lei de Execução Penal, é assegurada a assistência educacional, permitindo iniciar ou dar continuidade aos estudos durante o cumprimento da pena, prerrogativa que viabiliza a remição da pena pelo estudo (Brasil, 1984). A educação de indivíduos privados de liberdade insere-se no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e deve ser compreendida como um processo contínuo que valoriza as experiências e fragilidades das estudantes em prol da sua reinserção social (Santos, 2020). A aprendizagem no cárcere atua como um instrumento vital de recuperação e ressocialização, capaz de romper ciclos de marginalização e ampliar as perspectivas de vida dessas mulheres após o cumprimento da pena, promovendo sua dignidade e autonomia (Queiroz, 2015). Onofre (2015) afirma que "nos espaços prisionais é fundamental a escuta de pessoas que são silenciadas pelas normas do sistema, e abrir espaços para que seus saberes, experiências e culturas sejam reconhecidos como parte do processo educativo".

A inserção do ensino da Matemática, componente curricular obrigatório, segundo a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), torna-se uma ferramenta de grande relevância para o efetivo desenvolvimento da autonomia nesse ambiente. Viana et al. (2021) argumentam que a matemática é essencial ao desenvolvimento da vida em sociedade, tanto para resolver problemas quanto para prever e controlar resultados. É natural que a prática educativa se preocupe com o sentido que as alunas atribuem à disciplina e com as consequências desse aprendizado em suas histórias de vida. A escola, independentemente de estar localizada nas dependências de uma penitenciária, figura como o ambiente propício ao exercício cotidiano da cidadania.

A motivação para a realização deste trabalho surgiu da vivência profissional da pesquisadora, que, além de estudante de Licenciatura em Matemática, também exerce a função de advogada, sócia de um escritório criminalista, sendo uma de suas atribuições realizar visitas periódicas às detentas do Presídio Feminino do Distrito Federal. Ao constatar que ali funciona uma escola na modalidade EJA, administrada pelo Centro Educacional 01 de Brasília, a qual

busca adaptar suas atividades às demandas das mães no sistema prisional e aos limitados recursos locais (SEDF, 2025), identificou-se um problema de pesquisa passível de investigação científica, cujo estudo poderia oferecer contribuições concretas para o contexto educacional da unidade prisional.

Embora haja literatura sobre educação prisional e ensino da Matemática, estudos que articulem as percepções subjetivas das mulheres privadas de liberdade com as perspectivas de professores e gestores, considerando os desafios práticos específicos do contexto do sistema prisional feminino do Distrito Federal, ainda são escassos. Essa lacuna evidencia a necessidade de investigações que contemplem diferentes atores envolvidos no processo educativo, ampliando a compreensão sobre o papel da Matemática na promoção da reinserção social. Assim, a questão que orientou esta investigação foi: Quais as percepções de estudantes, professores e gestores sobre os contributos do ensino da Matemática para a reinserção social de mulheres privadas de liberdade?

Para conduzir essa investigação, adotou-se uma pesquisa de abordagem mista, de cunho exploratório e descritivo, voltada a captar as diferentes percepções no contexto escolar da unidade prisional. Este estudo teve como objetivo geral analisar os contributos do ensino da Matemática para a reinserção social das estudantes da escola do Presídio Feminino do Distrito Federal. Para alcançar esse propósito, o estudo teve como objetivo geral analisar os contributos do ensino da Matemática para a reinserção social das estudantes da escola do Presídio Feminino do Distrito Federal. Especificamente, buscou-se: a) identificar as principais barreiras cognitivas e estruturais para o aprendizado da Matemática no contexto prisional feminino; b) mapear as percepções das estudantes sobre a utilidade prática da Matemática e sua relação com a reinserção social; e c) contrastar as visões de docentes e gestores sobre os desafios e potencialidades do ensino da Matemática nesse ambiente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ensino da matemática e sua função social

A Matemática ocupa posição central no processo de formação educacional, pois contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico, da capacidade crítica e da compreensão da realidade social em que o indivíduo está inserido. Essa ciência permeia as atividades cotidianas, desde situações financeiras básicas até processos mais complexos de leitura do mundo. Seu ensino não deve se limitar à memorização de algoritmos e procedimentos mecânicos, mas orientar-se para a construção de saberes significativos e aplicáveis à vida em sociedade.

D'Ambrosio (2012) defende que a Educação Matemática deve superar as metodologias tradicionais centradas na repetição, promovendo aprendizagens contextualizadas e enraizadas nas experiências dos estudantes, compreendendo a disciplina como uma produção humana e cultural. Em consonância com essa visão, Skovsmose (2013) propõe que o ensino da matemática crítica como pilar da cidadania, estimulando a reflexão e a participação ativa. Essa perspectiva dialoga profundamente com a pedagogia libertadora, na qual a educação deixa de ser um mero repasse de conteúdos para se tornar um ato político de humanização, conforme discutido amplamente por Santos (2020) a partir da perspectiva emancipatória freiriana. Aprender Matemática, nessa ótica, é também desenvolver competências para questionar desigualdades sociais.

As diretrizes oficiais da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) reforçam que o ensino deve assegurar o desenvolvimento de competências como a resolução de problemas,

argumentação lógica e interpretação de dados. Quando vinculado à realidade dos educandos, o raciocínio matemático possibilita a organização das finanças pessoais, o planejamento de ações e a ampliação de oportunidades profissionais, preparando sujeitos autônomos.

Apesar dos avanços dessas correntes teóricas, observa-se uma tensão evidente ao transpor os ideais da Etnomatemática e da Educação Matemática Crítica para o contexto carcerário. Enquanto D'Ambrosio (2012) e Skovsmose (2013) pressupõem um sujeito com relativa liberdade para intervir democraticamente em sua comunidade, a mulher privada de liberdade encontra-se estruturalmente silenciada. A literatura da área frequentemente falha em adaptar esses pressupostos à realidade prisional, tratando a emancipação de forma abstrata. É fundamental problematizar essa lacuna, reconhecendo que, no ambiente do cárcere, o ensino da Matemática não garante uma emancipação plena e imediata, mas atua como uma tática de micro-resistência intelectual e sobrevivência prática para a retomada da vida em liberdade.

2.2 Encarceramento feminino no Brasil

O crescimento vertiginoso da população carcerária feminina no Brasil evidencia desafios jurídicos e institucionais que exigem políticas voltadas às particularidades desse grupo. Historicamente, o sistema penitenciário brasileiro foi concebido para o público masculino. A institucionalização do aprisionamento de mulheres ocorreu de forma tardia e carregada de moralismos. Artur (2011) relata que as primeiras prisões femininas no Brasil, consolidadas a partir da década de 1940, foram frequentemente delegadas a congregações religiosas, cujo objetivo disciplinar não era propriamente a reinserção cidadã, mas a domesticação da mulher considerada desviante, reforçando papéis patriarcais subalternos por meio de trabalhos domésticos e imposição moral.

Longe desse ideal corretivo do passado, a realidade contemporânea revela uma faceta muito mais violenta. Dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (MJSP, 2024) confirmam que o Brasil possui uma das maiores populações femininas encarceradas do mundo, com a esmagadora maioria respondendo por crimes relacionados ao tráfico de drogas, usualmente ocupando posições periféricas nas organizações criminosas. Cerneka (2009) aponta que o ingresso nessa prática decorre, comumente, de necessidades econômicas severas, influência de companheiros e da busca desesperada pela subsistência familiar, refletindo os contextos estruturais de exclusão social. A prisão de mulheres expõe de forma brutal as desigualdades de gênero arraigadas na sociedade. Queiroz (2015) descreve como essas internas enfrentam o abandono afetivo imediato, o preconceito e uma profunda invisibilidade institucional durante o cumprimento da pena, sendo raramente visitadas por seus parceiros ou familiares. Em meio a esse abandono, políticas de educação e assistência tornam-se mecanismos vitais para mitigar a pobreza feminina e promover um retorno viável à convivência social.

A literatura sobre o encarceramento feminino apresenta uma transição que precisa ser analisada criticamente. A investigação histórica de Artur (2011) demonstra um Estado que antes vigiava a moralidade da mulher para torná-la dócil, enquanto as análises contemporâneas de Queiroz (2015) e Cerneka (2009) expõem um Estado negligente e punitivista que a marginaliza em celas inadequadas. A principal lacuna teórica e prática reside em como as políticas públicas atuais falham em superar essa herança dupla: o cárcere contemporâneo nem recupera a cidadania, nem garante o bem-estar básico. Compreende-se, portanto, que a prisão feminina funciona hoje como um mecanismo de aprofundamento da exclusão de gênero, exigindo que o espaço escolar atue de forma incisiva contra a inércia do próprio Estado.

2.3 Educação prisional e a escola do presídio feminino do DF

A educação no sistema prisional é, simultaneamente, um direito fundamental das pessoas privadas de liberdade e um dos principais instrumentos legais de promoção da dignidade humana. No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal (Brasil, 1988) consagra a educação como direito inalienável, e a Lei de Execução Penal (Brasil, 1984) assegura a assistência educacional, compreendendo a instrução escolar e a formação profissional. O amparo legal corrobora que a privação de liberdade não deve suspender o desenvolvimento intelectual da pessoa presa, atribuindo ao Estado o dever de viabilizar o ambiente escolar e a remição da pena pelo estudo. A efetivação dessa garantia esbarra na própria natureza da instituição carcerária. Em "Vigiar e Punir", Foucault (2007) demonstra que a prisão moderna foi historicamente arquitetada como um dispositivo de controle e adestramento, focado em produzir corpos dóceis submetidos à vigilância contínua. A lógica disciplinar visa a utilidade mecânica do indivíduo, instaurando um ambiente onde a punição sobrepuja a formação humana. A arquitetura e a rotina penitenciárias operam a partir do isolamento e do silenciamento, erguendo barreiras estruturais formidáveis para qualquer prática pedagógica que tenha a autonomia como objetivo.

Apesar dessa pesada engrenagem punitiva, a escola no ambiente prisional busca resistir a esse silenciamento. Julião (2010) argumenta que a educação no cárcere representa um espaço privilegiado de reconstrução da autoestima e de preparação para o retorno ao convívio social. Diferente da mera conformidade imposta pela disciplina prisional, a vivência escolar permite ao educando ressignificar sua trajetória e vislumbrar novas possibilidades de inserção profissional, atuando como um contraponto à marginalização.

É nesse cenário paradoxal que opera a escola do presídio feminino do Distrito Federal. Atendendo a mulheres com trajetórias marcadas pela interrupção precoce dos estudos, pela pobreza e pela violência, a escola interna funciona como um dos poucos polos institucionais de escuta e reconhecimento da dignidade. O ensino da Matemática assume uma dimensão de preparo para o mercado de trabalho e para a administração da vida civil, tentando viabilizar as condições materiais mínimas de reinserção (Santos, 2020). Ainda na esteira da educação para a reinserção social de mulheres em situação prisional, Santos (2020) cita os programas sociais como forte aliados.

Ao analisar a dinâmica da educação prisional, evidencia-se uma forte tensão teórica entre as perspectivas de Foucault (2007) e Julião (2010). Foucault alerta que a prisão está fadada a fabricar a delinquência, utilizando suas rotinas para refinar a dominação. Por outro lado, a visão otimista de Julião atribui à educação papel central no processo de ressocialização.. Posicionando-se diante desse embate, percebe-se que a escola prisional não anula a opressão carcerária diagnosticada por Foucault (2007), tampouco alcança de forma plena e mágica a ressocialização idealizada por Julião (2010) e Santos (2020). Na prática cotidiana, a escola funciona como uma fissura na estrutura penitenciária: um ambiente imperfeito e limitado pelas lógicas de segurança, mas que proporciona o único fôlego de humanidade possível para que essas mulheres projetem um recomeço.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem mista, integrando perspectivas quantitativas e qualitativas (Creswell, 2010), de natureza exploratória e descritiva (Lakatos e Marconi, 2010). A investigação foi realizada tendo como foco a escola do Presídio Feminino do Distrito Federal, unidade vinculada ao Centro Educacional 01 de Brasília (CED 01). A amostra empírica contou com a participação de 96 pessoas atuantes no contexto escolar

da unidade prisional, divididas em três grupos: 92 detentas matriculadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), dois professores de Matemática e dois profissionais da coordenação e gestão escolar.

Considerando as restrições de acesso inerentes ao ambiente prisional, a coleta de dados ocorreu em duas frentes distintas para adequar a investigação à realidade local. Para o levantamento quantitativo, optou-se pelo uso de questionários (Gil, 2008), cuja aplicação e recolhimento junto às detentas foram realizados exclusivamente pelos servidores técnicos e docentes dentro do presídio, conforme atesta a Declaração de Realização de Coleta de Dados constante no Apêndice A. Esse instrumento, cujas questões completas constam no Apêndice B, continha quatro perguntas fechadas, interrogando, por exemplo, se a estudante acreditava que o estudo da Matemática poderia contribuir com sua reinserção social. A etapa qualitativa consistiu em questionários estruturados conduzidos diretamente pela pesquisadora com os professores e gestores, realizados integralmente fora da unidade, sem a necessidade de ingresso na penitenciária feminina. O roteiro dos questionários abordou os desafios para a aplicação e o sucesso do ensino da disciplina, bem como a avaliação da gestão sobre a contribuição da Matemática no processo de ressocialização.

Para a organização e o tratamento das informações, adotou-se a tabulação das respostas dos questionários para a realização de estatística descritiva (Gil, 2008), calculando-se frequências absolutas e relativas para cada grupo analisado. Os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), com categorias definidas *a posteriori* a partir das respostas obtidas. Esse procedimento permitiu o aprofundamento e a compreensão do universo de valores, crenças e significados presentes nas falas e na realidade social investigada, conforme também discutido por Minayo (2001). Essa triangulação metodológica garantiu uma visão ampla e crítica sobre os desafios e as potencialidades do ensino da Matemática na ressocialização feminina.

O desenho metodológico adotado apresenta limitações inerentes à sua execução que devem ser reconhecidas. A coleta indireta dos questionários, por meio de servidores da própria instituição penal, atua como um possível viés nas respostas das participantes. A amostra da equipe escolar restringiu-se a quatro profissionais, limitando o mapeamento das percepções institucionais. Por fim, as conclusões desta pesquisa encontram-se estritamente restritas às percepções e relatos das estudantes e dos educadores, visto que não foram coletados ou analisados dados objetivos referentes a índices de reincidência criminal.

Cabe ainda declarar, em conformidade com as diretrizes de integridade científica estabelecidas pela Portaria CNPq nº 2.664/2026 (CNPq, 2026), que ferramentas de Inteligência Artificial (IA) foram utilizadas como apoio em etapas específicas da elaboração deste trabalho, sem prejuízo da autoria intelectual, da integridade científica e da responsabilidade da pesquisadora sobre os resultados, análises e conclusões apresentados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e discute os resultados obtidos a partir dos mapas de consolidação referentes aos questionários aplicados na escola do Presídio Feminino do Distrito Federal. Os dados foram tabulados a partir dos numerais explícitos registrados pelos aplicadores em cada prancheta/mapa de consolidação de turma. A amostra real totaliza respostas agrupadas que ultrapassam 90 participações, divididas entre os perfis de cumprimento de pena, alunas trans e regime provisório. Ao longo da análise, os resultados são articulados ao referencial teórico apresentado na seção anterior, buscando compreender em que medida as percepções das

participantes confirmam, ampliam ou tensionam as perspectivas de D'Ambrosio (2012), Skovsmose (2013), Foucault (2007), Julião (2010) e Santos (2020) sobre o ensino da matemática e a educação no sistema prisional.

4.1 Dificuldades na aprendizagem da Matemática

Conforme detalhado na Tabela 1, a análise das respostas revela uma tendência transversal entre os diferentes perfis da amostra: a Geometria desponta como a principal barreira cognitiva. Esse obstáculo é particularmente expressivo no grupo em cumprimento de pena e lidera as indicações entre as alunas trans, embora o tamanho reduzido desta amostra exija cautela em generalizações.

Tabela 1 – Conteúdo matemático considerado de maior dificuldade por grupo

Grupo Analisado	Soma/Op. Básicas	Frações/ Porcentagem	Equações	Geometria	Total de Respostas
Cumprimento de Pena	17	15	20	25	77
Trans	0	0	1	6	7
Provisório	0	3	0	0	3

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Esse padrão sugere que os conteúdos abstratos e com forte apelo visual representam um desafio elevado para estudantes com acentuada defasagem escolar. O distanciamento das alunas em relação a esses tópicos confirma as críticas de D'Ambrosio (2012) sobre a ineficácia de metodologias tradicionais desvinculadas da realidade, reforçando a necessidade de um ensino verdadeiramente enraizado nas experiências prévias das estudantes.

Por outro lado, o grupo provisório apresentou uma dispersão de respostas mais equilibrada entre os conteúdos. Essa pulverização das dificuldades pode ser um indicativo de que parte das mulheres que ainda aguardam julgamento possui trajetórias de escolarização com interrupções menos recentes ou severas.

4.2 Percepções sobre a utilidade da Matemática

Os resultados apresentados na Tabela 2 revelam um dado predominante: a expressiva maioria do grupo em cumprimento de pena assinalou a opção "Todas", percebendo a Matemática como útil para controle de gastos, compras e vendas, trabalho futuro e estudos simultaneamente. Entre as alternativas isoladas, a aplicação em "compras e vendas"foi a mais reconhecida pelas internas. O reconhecimento massivo dessa ampla utilidade dialoga diretamente com a Educação Matemática Crítica de Skovsmose (2013), sugerindo que as alunas enxergam a disciplina como um instrumento ativo de leitura do mundo e participação, superando uma visão puramente instrumental.

No grupo das alunas trans, as indicações coletadas apontam para uma pluralidade de visões, com as respostas distribuídas de forma mais equilibrada entre o trabalho futuro, os estudos e a alternativa integradora. Novamente, a amostra reduzida inviabiliza generalizações estatísticas para além da unidade estudada, mas indica qualitativamente o forte reconhecimento da aplicabilidade do componente curricular na vida prática e nas perspectivas de desenvolvimento pessoal.

Já no grupo provisório, houve unanimidade na escolha pela alternativa "Todas". A convergência entre os três grupos demonstra uma acentuada valorização da Matemática em sua di-

Tabela 2 – Situações cotidianas em que a Matemática é considerada útil, por grupo

Grupo Analisado	Compras e Vendas	Trabalho Futuro	Controle / Estudos	Todas as Alternativas	Total de Respostas
Cumprimento de Pena	9	2	0	67	78
Trans	0	0	0	2	2
Provisório	0	0	0	3	3

Fonte: dados da pesquisa (2025).

mensão diária e integrada. Essa percepção utilitária e cidadã relatada pelas alunas atua como um contraponto à lógica punitiva. Enquanto a rotina penitenciária opera pela vigilância e controle contínuos (Foucault, 2007), enxergar os saberes matemáticos como ferramentas fundamentais para a vida civil reflete uma tentativa de sobrevivência e uma projeção concreta de recomeço em sociedade.

4.3 Contributos da Matemática para a reinserção social

Conforme exposto na Tabela 3, os dados revelam uma convicção expressiva e transversal entre as estudantes de que a Matemática contribui ativamente para sua reinserção social. A imensa maioria do grupo em cumprimento de pena respondeu afirmativamente, refletindo a aposta dessas mulheres na escola como via de acesso a novas oportunidades, mesmo diante das severas limitações impostas pelo cárcere. Essa percepção otimista se repete de forma majoritária entre as alunas trans e de forma unânime no grupo provisório. Embora o tamanho reduzido das amostras nestes dois últimos subgrupos exija cautela estatística, os resultados consolidam uma forte tendência qualitativa referente à credibilidade que as internas depositam na educação formal.

No cômputo geral, a quase totalidade das participantes reconhece a disciplina como uma ferramenta de emancipação. Convém destacar que, embora este estudo não mensure índices factuais de redução da reincidência criminal pós-soltura, a pesquisa evidencia que as detentas acreditam genuinamente no potencial transformador do ensino matemático.

Essa esperança, ancorada no aprendizado, legitima os apontamentos de Julião (2010), que identifica a escola prisional como o espaço institucional privilegiado para a reconstrução da autoestima e a preparação para a vida extramuros. Tal percepção é igualmente sustentada pela visão pedagógica humanizadora abordada por Santos (2020), que compreende a aprendizagem carcerária como um processo libertador, capaz de romper ciclos históricos de marginalização e instrumentalizar essas mulheres para enfrentar a desigualdade estrutural que permeia suas trajetórias de vida.

Tabela 3 – Percepção das estudantes sobre a contribuição da Matemática para a reinserção social, por grupo

Grupo Analisado	Sim	Não	Talvez	Total de Respostas
Cumprimento de Pena	55	2	22	79
Trans	6	0	0	6
Provisório	3	0	0	3

Fonte: dados da pesquisa (2025).

4.4 Perspectivas educacionais e profissionais após o cumprimento da pena

A análise da perspectiva de futuro das estudantes, sintetizada na Tabela 4, revela o dado mais contundente e marcante de todo o levantamento empírico: a ausência absoluta de respostas negativas. De forma transversal a todos os grupos analisados, abrangendo cumprimento de pena, regime provisório e alunas trans, nenhuma participante descartou a possibilidade de dar continuidade aos estudos ou ingressar no mundo do trabalho (Santos, 2020) após a soltura.

A ampla maioria declarou a intenção afirmativa de buscar essa reinserção, enquanto a minoria restante ponderou com um "talvez". Ainda que o tamanho reduzido das amostras nos recortes trans e provisório demande a devida cautela interpretativa, evitando-se generalizações estatísticas amplas, a tendência unificada de não negação do próprio futuro é simbolicamente poderosa.

O fato dessas estudantes preservarem o desejo de escolarização e trabalho reflete uma forte resistência à rotina de mortificação imposta pelo ambiente prisional, diagnosticada por Foucault (2007). Ao projetar um amanhã de autonomia, essas mulheres materializam a visão de Julião (2010), atestando que a vivência escolar, na modalidade EJA dentro do cárcere, transcende o mero cumprimento de currículo. A escola atua, fundamentalmente, como um espaço de reconstrução da autoestima e de preparação concreta para o convívio social extramuros.

Tabela 4 – Perspectivas de estudo ou trabalho após o cumprimento da pena, por grupo

Grupo Analisado	Sim	Não	Talvez	Total de Respostas
Cumprimento de Pena	84	0	9	93
Trans	6	0	0	6
Provisório	0	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa (2025).

4.5 Análise comparativa entre estudantes, docentes e gestores

A análise comparativa consolidada na Tabela 5 evidencia a consistência dos padrões identificados ao longo do levantamento. Independentemente da situação jurídica (cumprimento de pena ou regime provisório) ou da identidade de gênero, os eixos centrais convergem: a abstração exigida pela Geometria impõe as maiores barreiras cognitivas no grupo em cumprimento de pena e entre as alunas trans, enquanto o reconhecimento da utilidade prática da Matemática e a manutenção de perspectivas futuras permanecem como percepções amplamente compartilhadas entre os três grupos.

Essa convergência sugere que a valorização da Matemática não constitui uma particularidade de um perfil específico de detenta, mas uma percepção transversal que atravessa diferentes vivências no cárcere. A identificação maciça da disciplina como instrumento operante nas mais diversas instâncias do cotidiano confirma as premissas da Educação Matemática Crítica propostas por Skovsmose (2013), indicando que o letramento matemático é apropriado pelas estudantes como alicerce para a participação ativa na sociedade.

Paralelamente, a dificuldade generalizada com conteúdos predominantemente abstratos reforça as críticas de D'Ambrosio (2012) às metodologias tradicionais descontextualizadas. Vale destacar que o grupo provisório, diferentemente dos demais, aponta Frações, não Geometria, como maior dificuldade, o que pode indicar perfis de escolarização prévia distintos entre as

participantes em regime provisório e aquelas já em cumprimento de pena. O cenário mapeado indica que o investimento em um ensino enraizado na realidade e nas trajetórias das estudantes da EJA possui potencial de impacto relevante, alcançando mulheres em diferentes fases do processo penal.

Tabela 5 – Síntese comparativa dos principais indicadores entre os grupos

Indicador	**Cumprimento de Pena**	**Trans**	**Provisório**
Maior dificuldade	Geometria (29,8%)	Geometria (71,4%)	Frações/Equações (33,3%)
Utilidade ampla (opção "Todas")	69,7%	28,6%	100,0%
Acredita na reinserção (resposta "Sim")	88,3%	80,0%	100,0%
Perspectivas de futuro (resposta "Sim")	93,2%	50,0%	83,3%
Negou perspectivas de futuro	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: dados da pesquisa (2025).

4.6 Percepções dos docentes e gestores

Os questionários aplicados aos dois profissionais da coordenação e gestão escolar e aos dois professores de Matemática, sendo um do período matutino e outro do período vespertino, permitiram mapear as percepções institucionais e docentes acerca do ensino da disciplina no contexto prisional feminino. Os resultados revelam pontos significativos de convergência e algumas divergências que enriquecem a análise. No que diz respeito à gestão escolar, ambos os coordenadores responderam de forma idêntica a todas as questões do instrumento. Quando perguntados sobre como avaliam a importância do ensino da Matemática no processo educativo das detentas, os dois assinalaram a opção "Muito importante", o que demonstra plena consciência institucional do papel estratégico da disciplina. Entretanto, ao serem questionados se a escola desenvolve projetos voltados à aplicação prática da Matemática no cotidiano das internas, ambos responderam "Parcialmente". Essa constatação evidencia uma lacuna entre o reconhecimento da relevância do componente curricular e sua efetivação pedagógica concreta, uma realidade que contradiz as orientações de D'Ambrosio (2012) sobre a necessidade incontornável de vincular os saberes matemáticos às experiências empíricas dos alunos.

Sobre os maiores desafios para a oferta do ensino da Matemática no ambiente prisional, os dois gestores identificaram unanimemente a escassez de recursos pedagógicos como principal obstáculo, afastando outras opções como estrutura física, rotatividade das internas ou segurança e logística. Essa percepção institucional alinha-se às ponderações de Santos (2020), que ressalta que a educação prisional emancipadora exige políticas públicas integradas, capazes de articular propostas pedagógicas adequadas à realidade das estudantes e materiais didáticos que deem suporte aos professores. A resposta à quarta questão, indagando se a educação matemática pode contribuir para a reinserção social das detentas, foi "Talvez" em ambos os questionários. Isso revela uma postura institucional cautelosa que reconhece o potencial da disciplina, mas sem a convicção plena observada nas estudantes, refletindo o peso das engrenagens de segurança e vigilância contínua que historicamente dificultam o otimismo pedagógico nas prisões (Foucault, 2007).

Os questionários dos professores apontam convergências centrais, identificando a defasagem escolar das alunas como a principal dificuldade no ensino da Matemática no ambiente prisional. Esse apontamento converge com as percepções das próprias estudantes na primeira

questão abordada, em que a Geometria, devido à exigência de maior abstração e alicerce de base, foi apontada como a maior barreira cognitiva nos três grupos analisados. A concordância entre a fala docente e a experiência discente reforça o diagnóstico de que o histórico de exclusão educacional anterior ao cárcere produz lacunas que demandam estratégias de ensino diferenciadas.

Além disso, ao analisarmos as perspectivas de futuro, constata-se que o encarceramento não suprimiu o desejo de reconstrução. A expressiva maioria das estudantes que responderam às questões objetivas dos questionários afirmou acreditar genuinamente que o estudo da Matemática ajudará em sua reinserção social e manifestou o desejo de continuar estudando ou trabalhando após o cumprimento da pena. Esse otimismo discente corrobora diretamente o pensamento de Julião (2010), que identifica no ambiente da escola prisional a fissura necessária para a reconstrução identitária. Dessa forma, evidencia-se que, na percepção das mulheres do Presídio Feminino do Distrito Federal, a Matemática transcende a mera obrigatoriedade imposta pelo currículo. Elas a vislumbram como uma ferramenta concreta de emancipação, capaz de atenuar os estigmas do encarceramento e de fornecer instrumentos práticos para a sobrevivência em liberdade, uma crença que legitima tanto a perspectiva humanizadora de Santos (2020) quanto a defesa do potencial democrático da matemática formulada por Skovsmose (2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou as percepções de estudantes, professores e gestores acerca dos contributos do ensino da Matemática para a reinserção social de mulheres privadas de liberdade na escola do Presídio Feminino do Distrito Federal. O percurso investigativo permitiu compreender que a aprendizagem matemática, nesse contexto de privação, transcende a mera obrigatoriedade curricular. A análise dos dados revelou que a disciplina se articula de forma profunda com o cotidiano das internas e com suas perspectivas de futuro, oferecendo instrumentos práticos para a sobrevivência em sociedade e para a reconstrução de sua cidadania.

Ao mapear os desafios enfrentados no ambiente escolar prisional, identificou-se uma convergência importante entre as percepções discentes e institucionais. A defasagem escolar prévia ao encarceramento desponta como a principal dificuldade, materializando-se em barreiras cognitivas significativas diante de conteúdos que exigem maior abstração, como a Geometria e as Frações. Sob a ótica institucional, a escassez de recursos pedagógicos agrava esse cenário, limitando a aplicação de projetos voltados à realidade prática. Apesar desses obstáculos, as estudantes reconhecem massivamente a utilidade da Matemática para o controle financeiro, as relações comerciais e o trabalho. O letramento matemático é apropriado por essas mulheres não apenas como um conjunto de regras abstratas, mas como uma ferramenta ativa de leitura do mundo.

O diálogo entre os saberes matemáticos e as trajetórias de vida das internas demonstrou um aspecto fundamental de resistência à lógica punitiva do cárcere. A totalidade das participantes expressou o desejo de continuar estudando ou trabalhando após o cumprimento da pena, e a expressiva maioria acredita genuinamente que a escola interna as auxilia na preparação para o retorno ao convívio social. Embora este estudo não tenha coletado dados objetivos sobre o histórico criminal posterior das participantes para atestar uma redução da reincidência criminal, as evidências empíricas atestam que a vivência escolar sugere uma potencial contribuição para a perspectiva de vida pós-cárcere das internas. O aprendizado atua como um espaço de humanização, capaz de nutrir a autoestima e fundamentar o planejamento de um recomeço estruturado.

A principal contribuição deste estudo reside em articular as percepções subjetivas de

ressocialização das mulheres privadas de liberdade com os desafios objetivos enfrentados pelo sistema prisional, evidenciando que a escola, apesar das limitações estruturais, funciona como um espaço de micro-resistência e de reconstrução de sentido para essas estudantes. Ao integrar as perspectivas de estudantes, professores e gestores, a pesquisa amplia a compreensão sobre o papel do ensino da Matemática como elemento potencializador da reinserção social em contextos de privação de liberdade.

A realização deste trabalho esbarrou em limitações inerentes ao ambiente carcerário e ao desenho metodológico adotado que merecem registro. A coleta indireta dos questionários por meio de servidores do próprio presídio, a amostra reduzida de profissionais da equipe escolar e o foco estrito nas percepções subjetivas dos sujeitos apontam para a necessidade de cautela nas generalizações. Investigações futuras podem aprofundar a temática acompanhando egressas do sistema prisional para avaliar, concretamente, o impacto do letramento matemático em suas vidas laborais extramuros. Faz-se necessário também que o Estado invista em políticas públicas integradas, que forneçam materiais didáticos adequados à Educação de Jovens e Adultos no cárcere e promovam metodologias contextualizadas, superando definitivamente o ensino mecanicista.

A escola na penitenciária funciona como uma fissura nas engrenagens de controle, oferecendo o fôlego possível para que as internas projetem uma nova realidade. O ensino da Matemática assume, assim, o papel de alicerce prático para a autonomia feminina. As percepções colhidas nesta pesquisa confirmam que, mesmo diante do abandono e da exclusão estrutural que marcam o encarceramento de mulheres no Brasil, a educação permanece como um direito inalienável e um dos caminhos mais concretos para assegurar que elas possam vislumbrar um futuro viável e digno além das grades.

REFERÊNCIAS

ARTUR, A. T. **As origens dos presídios de mulheres do Estado de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

Brasil. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal**. 1984. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

CERNEKA, H. A. **Mulheres e prisão: desafios para o sistema penitenciário brasileiro**. São Paulo: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, 2009.

CNPq. **Portaria nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq**. 2026. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq>.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

D'AMBROSIO, U. **Educação matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JULIãO, E. F. Educação e trabalho como programas de reinserção social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 529–543, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. d. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. d. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MJSP. **Relipen – 1º semestre de 2024: dados estatísticos do sistema penitenciário**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semestre-de-2024.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2025.

ONOFRE, E. M. C. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cadernos CEDES**, v. 35, n. 96, p. 239–255, ago. 2015. ISSN 0101-3262. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QwFbptcpDjjhKkgjgZNcC3r/>.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres tratadas como homens nas prisões brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, C. N. G. d. **Políticas educativas, políticas sociais e educação permanente na reinserção social de mulheres reclusas: um estudo na realidade brasileira**. Tese (Tese (Doutorado em Ciências da Educação)) — Universidade do Minho, Braga, 2020.

SEDF. **Projeto Político-Pedagógico – CED 01 de Brasília – Plano Piloto**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/documents/d/seedf/ppp_ced_01_brasilia_plano_piloto-pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Campinas: Papirus, 2013.

VIANA, M. N. G.; MARQUES, W. R.; COSTA, F. d. C. S.; TRINDADE, C. d. S.; FREITAS, M. D. de. Dificuldade de aprendizagem matemática no ensino fundamental com aporte em representação semiótica. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 14439–14454, fev. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24515>.